**Sképsis**: Revista de Filosofia
ISSN 1981-4534
Vol. XVII, N. 34, 2026, p. 82-94

# OUTRA VEZ SOBRE O CETICISMO DE HUME (VERSÃO ORIGINAL)

**Ezequiel de Olaso**

**Tradução**
Plínio Junqueira Smith, Unifesp
*Email: plinio.smith@unifesp.br*
e
Waldomiro José da Silva Filho, UFBA
*Email: wjsf.ufba@gmail.com*

**Resumo:** A primeira e mais influente opinião sobre o ceticismo de Hume foi a de Hume. Sua afirmação metacética sugere que a filosofia deveria consistir no ceticismo acadêmico com algumas pitadas de pirronismo. Além disso, somos convidados a endossar esse programa filosófico. Defendo que o pirronismo não é compatível com a filosofia acadêmica. O pirrônico, ao contrário do acadêmico, apresenta as seguintes características: 1) ele não afirma nem nega, nem mesmo de forma probabilística; 2) ele não alimenta dúvidas; 3) ele não afirma que é impossível conhecer o mundo externo; 4) ele não é fenomenista; 5) ele não acredita que o pirronismo leve à impassibilidade; 6) ele não acredita que o pirronismo leve à inatividade; 7) ele aceita os costumes como critério para a ação; 8) ele não acredita na linguagem comum. Concluo que o "ceticismo atenuado", tal como formulado na *Investigação* (examino o argumento do *Tratado* em outro artigo), é inconsistente. (*)

**1**

Será que alguém que não é especialista em Hume pode dizer algo útil aos especialistas? Enquanto relia a prosa elegante de Hume, essa pergunta surgiu em mim várias vezes. O fato de estar escrevendo agora, sem intenções sarcásticas, prova, de maneira indireta, que me dei uma resposta perigosamente afirmativa. Talvez eu possa contribuir para o esclarecimento do ceticismo de Hume. Raciocinar sobre essa ilusão é o objetivo destas páginas.

Pode-se resumir a história do problema, repleta de incidentes menores, a três grandes posições. Green, em sua antiga introdução às obras de Hume, classificou-o como "cético", o que possivelmente significava que sua obra continha apenas argumentos destrutivos. Nesse veredito culminava toda uma tradição que talvez tenha se iniciado com o impertinente Beattie e, de forma mais sutil (qualquer um é mais sutil que Beattie!) e também mais civilizada, com Thomas Reid. Foi

---

Este artigo foi originalmente publicado com o título "Otra vez sobre el escepticismo de Hume", na revista *Manuscrito*, Vol. 4, N° 2, 1978, p. 45-63. Agradecemos à revista e ao editor Marco Ruffino a autorização para a publicação desta tradução.

(*) Agradeço aos meus amigos Alfonso Gómez Lobo (Pennsylvania State University) por sua incansável assistência bibliográfica e Tomás E. Zwanck (Conselho Nacional de Pesquisas Científicas, Argentina) por suas traduções para o espanhol das passagens citadas de Sexto Empírico.

preciso esperar até este século para que tal perspectiva se modificasse significativamente. Isso foi alcançado por meio de um artigo publicado na revista *Mind* por Norman Kemp Smith. O capítulo 21 de sua exaustiva e entediante obra, *The Philosophy of David Hume*, contém uma versão ampliada desse ensaio. Seu argumento está longe de ser complexo: Hume não negou que tivéssemos conhecimentos; nem que esses conhecimentos pudessem ser verdadeiros; o que Hume disse é que a razão é incapaz de oferecer um fundamento e uma justificativa satisfatórios para esses conhecimentos; mais ainda, a razão nem sequer consegue identificar um único conhecimento verdadeiro. Mas, prossegue imperturbável o professor Kemp Smith, isso não implica ceticismo; o que a razão não consegue fazer de forma clara, a natureza faz, para o bem ou para o mal. Por isso, ele propõe que não se fale mais de "ceticismo", mas sim do "naturalismo" de Hume. O capítulo intitula-se "The Sceptical and Positive Aspects of Hume's Doctrine of Natural Belief". Como se vê, Kemp-Smith compartilha com Green a suposição acrítica de que o ceticismo está ligado à negatividade. A terceira opinião sobre o ceticismo de Hume foi formulada por Richard H. Popkin, o historiador do ceticismo moderno.[1] Segundo Popkin, Hume defendeu o único pirronismo consistente, "o pirrônico mais devastador. E, ao trazer à tona e assumir todas as consequências do pirronismo clássico. Haveria em Hume", segundo Popkin, "um dogmático e um cético inextricáveis. A vida esquizofrênica que decorre dessa composição insustentável seria a única honrosa para um "filósofo honesto". Essa interpretação, portanto, procura sintetizar as outras duas.

Se considerarmos a literatura menos especializada, perceberemos que os intérpretes têm se inclinado cada vez mais a considerar o problema do ceticismo como o central do pensamento de Hume. Foi assim que Le Roy formulou essa ideia e, recentemente, Noxon a relembrou e endossou.[2] Por outro lado, a literatura secundária sobre o tema é abundante. Confesso que li apenas duas ou três dezenas de artigos, ressalva que faço antecipadamente para justificar as notórias omissões nas quais certamente incorrerei. Mesmo assim, consegui perceber que poucos autores coincidem quanto ao tipo de ceticismo que atribuem a Hume. Leslie Stephen[3] chamou-o de "cético sistemático", para distingui-lo de Locke e Berkeley, que seriam céticos mais casuais. Ernest Campbell Mossner[4] atribuiu-lhe, com sua habitual eloquência, um "ceticismo criativo", que, no fundo, é outro nome para o newtonianismo epistemológico. Há até especialistas, como Constance Maund,[5] que denunciam uma conspiração acadêmica em andamento contra o ceticismo de Hume; de fato, Maund aponta que o ceticismo é uma doutrina radical diante da qual as forças conservadoras se apressam em falar de "ceticismo moderado". A notável honestidade intelectual de Maund a leva, no entanto, a reconhecer que essa expressão foi empregada pelo próprio Hume para designar sua filosofia. Seria Hume o líder da conspiração acadêmica contra si mesmo? Por que não? Sem chegar a tal extremo, é preciso afirmar que poucas coisas são tão ambíguas e obscuras em Hume quanto sua atitude em relação ao ceticismo. Dois intérpretes que invoquem, como autoridade, textos de Hume sobre o ceticismo podem sustentar, de forma

[1] Cf. *The History of Scepticism from Erasmus to Descartes* (Assen, Van Gorcum, 1960), e "David Hume: his Pyrrhonism and his critique of Pyrrhonism" em *Hume. A Collection of Critical Essays*. Ed. V. C. Chappell (Nova York, Anchor Books, 1966) 53-98.

[2] *Hume's Philosophical Development* (Oxford, Clarendon Press, 1973), p. 13.

[3] Citado por Norman Kemp Smith, *Op. cit.*, p. 82.

[4] "Hume and the Ancient-Modern Controversy", *University of Texas Studies in English*, 28 (1949). Cf. do mesmo autor, "The Enlightenment of D. Hume", *Revista Crítica de História da Filosofia*, 22, 4 (1967), especialmente pp. 393-94.

[5] "On the Nature and Significance of Hume's Scepticism", *Revue Internationale de Philosophie* 6 (1952).

consistente, posições inconciliáveis. E essa, creio eu, é a origem de quase todos os mal-entendidos. Minha estratégia consistirá, portanto, em tentar elucidar o problema do ceticismo fora das opiniões e dos textos de Hume, mesmo que, para isso, tenhamos que recuar bastante no tempo. Ao assumirmos essa distância histórica, talvez possamos nos sensibilizar para questões que, de outra forma, nem sequer nos ocorreriam. Por exemplo, a noção de ceticismo é unitária ou é mais apropriado falar em "ceticismos"? Talvez assim possamos constatar que, além de ter suscitado inúmeras dúvidas sobre a capacidade cognitiva do homem, o ceticismo nos deixou um enigma de igual importância: o de sua própria identidade.

No livro XI das *Noites Áticas*, Aulo Gelio relata que, já em sua época —século I d.C.—, a controvérsia sobre as diferenças entre o ceticismo pirrônico e o ceticismo acadêmico era "muito antiga". Sexto Empírico, no famoso capítulo 33 do primeiro livro de seus *Esboços Pirrônicos*, questionou-se "se a *skepsis* difere da filosofia acadêmica" e, após identificar minuciosamente cinco academias, concluiu que o pirronismo difere de todas elas. Houve, aliás, céticos de ambas as variedades e, com muita frequência, filósofos que alternavam entre as duas formas de ceticismo. Também há intérpretes —como o ilustre Brochard— empenhados, sem uma certeza absoluta, em apagar as diferenças entre ambas as formas de ceticismo.[6] Ao formular os pensamentos que se seguirão, não me guia nem uma paixão taxonômica desenfreada nem uma rejeição sombria de toda promiscuidade. Acredito que, por trás da apresentação histórica do problema, estejam em jogo questões epistemológicas importantes. Os escritos de Hume constituem um campo privilegiado para observar a coexistência de duas formas de ceticismo, que, a meu ver, são posições epistemológicas inconciliáveis.

## *2*

Pouco sabemos sobre Sexto Empírico. Restam-nos apenas vagas imagens de seu possível perfil em uma medalha. O testemunho está repleto de inverossimilhanças. Sua obra, por outro lado, chegou até nós quase na íntegra. Se ignorarmos a pequena fração perdida, ela consiste em uma introdução ao ceticismo pirrônico e em um extenso argumento contra os dogmáticos. Seria errado supor que a primeira seja a parte afirmativa, doutrinária, e a outra o reverso negativo, polêmico, de uma única filosofia. Sexto adere ao pirronismo e, portanto, deseja manter-se alheio ao exercício da afirmação e da negação. Procurarei resgatar do tempo e da lenda os passos fundamentais da experiência pirrônica. "Alguns homens de natureza elevada — relata Sexto —, preocupados com as anomalias que encontravam no mundo e sem saber que partido tomar, decidiram investigar o que é verdadeiro e o que é falso, na esperança de alcançar a tranquilidade".[7] Aconteceu que, ao "filosofar" com o objetivo de discernir entre as diversas apresentações[8] e determinar quais eram verdadeiras e quais falsas, descobriram que não conseguiam chegar a nenhuma solução satisfatória e que, portanto, também não alcançavam a tão almejada tranquilidade. Incapazes de decidir e desanimados para continuar buscando, optaram por suspender o julgamento. E a essa suspensão seguiu-se, inesperadamente, a tranquilidade —no que diz respeito às questões discutíveis (mais tarde voltarei a essa importante qualificação). O relato da experiência peca, ao que me parece, por

[6] As últimas páginas de *Les Sceptiques Grecs* hesitam em aceitar diferenças entre o pirronismo e o academicismo. Brochard tende a não reconhecer diferenças substanciais. Mais adiante, defenderei a opinião contrária.

[7] HP, I, 12 (doravante abreviarei assim os *Esboços Pirrônicos*; com AM abreviarei a obra *Contra os Dogmáticos*).

[8] É assim que *"phantasía"* será sempre traduzida.

ser literário. Ou, melhor dizendo, a forma do relato permite não se pronunciar sobre o caráter —causal?— da relação entre a suspensão e a tranquilidade. Sexto atribui indiretamente essa conexão a um acaso incrível e se apressa em acalmar nossos escrúpulos relatando um caso semelhante. Apeles estava certa vez retratando um cavalo e quis representar a crina. Farto de seus repetidos fracassos, jogou contra o quadro a esponja com que limpava seus pincéis; o mero impacto da esponja contra a tela produziu o efeito que tanto havia buscado.[9] Não conheço homenagem semelhante à concomitância. A partir do relato, porém, podemos estabelecer que os momentos fundamentais da experiência pirrônica são: a equivalência de razões (*isosthéneia*), a suspensão do julgamento (*epoché*) e a tranquilidade da alma (*ataraxia*).[10] Também me parece importante resgatar do texto uma definição informal de filosofia: é a tentativa de discernir entre as diversas representações e determinar quais são verdadeiras e quais falsas. Como não se insistiu muito nessa característica do pirronismo, também não se destacou sua consequência imediata: dado que a suspensão se refere justamente a essas operações de discriminação e julgamento, pratica-se a *epoché* é deixar de filosofar. Nada impede que se chegue à outra consequência imediata: deixar de filosofar é a maneira de alcançar a quietude. Ser pirrônico é, portanto, não filosofar; é renunciar a discernir entre as representações e a toda doutrina que se proponha a fazê-lo. Falar de "filosofia pirrônica" é um absurdo manifesto.

Essa versão da experiência pirrônica permite distinguir claramente, por um lado, o cético que busca, que duvida, que está indeciso e, por outro, o cético que decidiu suspender o julgamento. De fato, veremos que as operações de duvidar e de suspender o julgamento são incompatíveis; não podem ser realizadas simultaneamente. Classificamos o cético que duvida como "imatura", seguindo a terminologia proposta por Naess.[11] Portanto, na gênese do pirrônico, a dúvida desempenha um papel importante, mas não suficiente. Quando o pirrônico surge, a dúvida precisa desaparecer, pelo menos nesse sentido de perplexidade ou vacilação.

Uma breve reflexão sobre a equivalência de razões permitirá perceber que o pirrônico não se pronuncia sobre o que as coisas são: isso é próprio dos dogmáticos. Aqueles que esquecem esse matiz seguem, desde o início, um caminho errôneo. Um caso notável nesse sentido é o de Husserl, paradoxalmente o filósofo que recuperou com maior pureza a atitude da suspensão. De fato, Husserl sempre confunde o cético com um emissor perpétuo de teorias (positivas ou negativas); na realidade, ele se refere ao relativismo sofístico, que é, por sua vez, uma forma de dogmatismo.[12] A equivalência de razões não é uma tese do pirronismo. A equivalência ocorre entre argumentos de diversos tipos, sejam eles fundamentados na razão ou no sensível, e em todas as variantes possíveis de oposição. Chamemos de "R" e "S" o racional e o sensível, respectivamente, e vejamos um caso de oposição entre R e S.

Anaxágoras argumentou que a neve é preta com base em considerações R. Todos nós sustentamos que a neve é branca com base em considerações S. Pode-se dizer, legitimamente, que há aqui equivalência? Não podemos, todos juntos, fazer mais do que o incrível Anaxágoras? A essas perguntas, o pirrônico responderá, como sabemos, com outra pergunta: que fundamento posso oferecer para decidir entre ambas as opiniões? Também conhecemos o desfecho dessa história. Se eu me decidir por R, posso fazê-lo com base em R ou em S. Se for em R, começo um regresso ao infinito. Se for em S, o pirrônico volta a perguntar em que se baseia S.

---

[9] HP I, 28.
[10] *Ibid.*, 10.
[11] *Scepticism* (Londres, Routledge and Kegan Paul, 1969).
[12] Cf. *Logische Untersuchungen, Prolegomena,* §§ 32 e seguintes. *Philosophie als strenge Wissenschaft e Ideen*, vol. I, § 20. Talvez sua compreensão do ceticismo tenha se inspirado no livro de Raoul Richter, *Der Skeptizismus in der Philosophie* (Leipzig, 1908). Cf. H. Spiegelberg, *The Phenomenological Movement* (The Hague, 1969), I, 134.

Se for em R, caio no círculo vicioso; e se for em S, começo outro regresso. Finalmente, se eu sugerir: "as provas não têm fim?",[13] incorro no vício do postulado ou da hipótese. A variedade de apresentações existentes leva o pirrônico a pensar que as distinções não provêm das próprias coisas (*physis*), mas são obra da convenção (*nomos*). E como nossa linguagem contém inúmeras expressões assertivas, convém utilizar formas menos comprometedoras, que não traem a suspensão. Para continuar com nosso exemplo, em vez de dizer que há equivalência de razões — o que sugere uma atitude dogmática —, é melhor empregar uma fórmula específica, como "Não mais isto do que aquilo". Entre íntimos, é lícito limitar-se a "Não mais".

Conseguido esse primeiro acesso ao rochoso e conciso ilhéu doutrinário do pirronismo, vou analisar brevemente alguns tópicos que podem ser úteis para uma elucidação (mais ampla do que a aqui tentada) do ceticismo de Hume.

1. *O pirrônico não afirma nem nega, nem mesmo de forma probabilística.* Salientei que o pirrônico não afirma, como o sofista, que, por exemplo, "o homem é a medida de todas as coisas" ou que "nada existe". Isso é próprio do relativismo sofístico. Diante da equivalência de razões a favor de uma ou outra afirmação (assim traduzirei fórmulas céticas que falam de "oposição de coisas", "coisas equivalentes" etc.), o pirrônico pratica, sem restrições, a *epoché*. Isso significa que ele não emitirá um julgamento "matizado" ou "razoável" a favor de um argumento, por mais provável que pareça. Isso porque, uma vez que surge o conflito de razões, o pirrônico não dispõe de um critério que lhe permita fundamentar de forma autárquica a preferência por uma e a rejeição da outra. Nesse processo de fundamentação, a mente humana gira em círculos, corre para o infinito ou se endurece no postulado. Por exemplo, o pirrônico não terá preferência por povos bárbaros ou civilizados. O acadêmico que é probabilista (daqui em diante falarei apenas dele e não do acadêmico rígido que não admite meias-medidas e se formaliza na afirmação "Nada pode ser percebido") restringe, por outro lado, o alcance da *epoché* e admite critérios, se não racionais, pelo menos razoáveis. Um e outro cético lidam com problemas cognitivos distintos. O pirrônico está preocupado com as características do conhecimento verdadeiro: sua natureza, seus traços distintivos e sua fundamentação. Ele nem sequer considera o caso de um conhecimento mais ou menos verdadeiro. Sua atitude é "fundamentalista". O probabilista, por outro lado, distingue graus de certeza, delimita zonas da realidade mais ou menos cognoscíveis. Seu problema diz respeito à extensão do conhecimento. Chamo essa atitude de "limitacionista".

2. *O pirrônico não duvida.* Embora sempre se fale, informalmente, de "as dúvidas céticas", o pirrônico só é dominado pelas dúvidas no início de sua experiência, diante do conflito de razões, quando ainda acredita que é possível discernir entre diversos conhecimentos e optar pelo verdadeiro, quando ainda acredita que é possível filosofar. O que caracteriza o pirronismo não é duvidar, mas fazer com que a dúvida seja sucedida pela suspensão, que a *epoché* anule a atividade perturbadora de duvidar. Se se identificar "dúvida" (ou seja, a perplexidade perturbadora) com a *epoché*, liquida-se a essência do pirronismo. O que o pirrônico fará não será limitar-se a suspender o assentimento, mas sim reavaliar a pretensão de verdade (ou de probabilidade) das opiniões dogmáticas, introduzindo constantemente juízos opostos que restabeleçam a equipolência. "Colocar em dúvida" está abismalmente distante da atividade espontânea de duvidar. Nas centenas de páginas das obras de Sexto não há dúvidas, mas sim uma infinidade de opiniões opostas. Por isso, ele foi uma fonte privilegiada para o estudo da filosofia antiga. O probabilista, por outro lado, quase não faz outra coisa senão duvidar. Está sempre dominado pelo receio de

[13] "Hat das Prüfen nicht ein Ende?" L. Wittgenstein, *On Certainty* (Oxford, Blackwell, 1969), n.º 164 *e passim.*

"afirmar demais", de ser "excessivamente" dogmático, de não respeitar as proporções.

3. *O pirrônico não afirma a impossibilidade de conhecer o mundo exterior.* Nos escritos de Sexto, não fica clara a distinção entre o mundo exterior e o mundo intramental. Este último é concebido com base nas categorias do primeiro. Mas, evidentemente, uma afirmação desse tipo implicaria recair na atividade de filosofar. Isso prepararia o terreno para futuras perturbações. (Será que imaginamos um pirrônico coerente discutindo com um realista?) Talvez esse tema se esclareça com a explicação do seguinte.

4. *O pirrônico não é fenomenista.* Contra essa tese existe uma tradição pesada, eu sei. Há, além disso, textos pirrônicos que parecem autorizar essa conclusão. Se o fenomenismo é a teoria que ensina que os objetos não têm uma existência que transcenda as imagens que temos deles, creio que se pode demonstrar que o pirrônico não é fenomenista. Às vezes, são citadas, como se fossem de Sexto, opiniões dogmáticas que Sexto transcreve como membros de equivalências. Assim, por exemplo, Demócrito diz que nenhum dos sensíveis existe realmente, que temos deles afecções vazias e que na natureza não existe nada quente ou frio, doce ou amargo, branco ou preto; esses são apenas nomes de nossas afecções. Epicuro, por outro lado, afirmava que os sensíveis existem realmente, exatamente como se apresentam na sensação. Os estoicos e os peripatéticos adotaram uma posição intermediária. Diante do conflito de opiniões, conclui invariavelmente Sexto, cabe suspender o julgamento.[14] Não posso analisar aqui todos os detalhes de uma questão difícil; espero que se comece a reconhecer a existência de um problema.[15] Um acadêmico, por outro lado, procederia com cautela na afirmação do mundo exterior e na avaliação do nexo entre os fenômenos e a realidade. Ele acumularia elementos de julgamento, determinaria critérios para distinguir fenômenos fantasiosos de fenômenos "reais" e basearia seus julgamentos nessas garantias relativas.

5. *O pirrônico não é impassível.* Ao apresentar o problema da natureza da conexão entre suspensão e tranquilidade, observei que o ideal de tranquilidade se refere às coisas passíveis de opinião. Trata-se de algo que geralmente passa despercebido e que tem gerado muitas confusões. O pirrônico admite que existem dois tipos de perturbações: as inevitáveis e as evitáveis. Somente em relação a estas últimas é possível a *ataraxia*. O pirrônico — é preciso lembrar — abandonou a prática da filosofia e, com isso, a ilusão de acreditar que existem coisas boas e más por natureza. Sexto traça um quadro vívido das perturbações que afligem o homem que

---

[14] AM VIII, 184-85; cf. também *idem*., 213-14 e 354 e seguintes; AM VII, 135 e 293.

[15] Por um lado, Sexto não faz uma distinção clara entre "fenômeno" (*phainómenon*) e afecção (*páthos*). Parece que alguns fenômenos são representações cognitivas, enquanto as afecções seriam puramente patéticas. O texto fundamental utilizado para atribuir o fenomenismo a Sexto afirma que o pirrônico enuncia o que lhe aparece e comunica suas próprias impressões de maneira não dogmática, sem fazer afirmações sobre coisas ocultas (HP I, 15). Sexto não diz que essas representações transmitam conhecimento. Tampouco diz se essas representações têm ou não um correlato na realidade. Isso seria pronunciar-se "sobre coisas ocultas". Sexto não diria que "os objetos físicos são configurações de conteúdos sensoriais, atuais e possíveis" (W. Sellars, "Phenomenalism" em *Science, Perception and Reality*, Londres, 1968). A atitude de Sexto me parece ser a seguinte: mesmo que tenhamos acesso apenas aos nossos estados mentais, é preciso suspender o julgamento sobre o que as coisas são. Não se deve emitir julgamento sobre a relação existente entre as aparências e a realidade. Já na Antiguidade se dizia que a doutrina pirrônica equivalia à de Demócrito, devido à sua atitude semelhante em relação às qualidades secundárias. Mas Sexto esclarece que Demócrito negava a existência real dessas qualidades, enquanto o cético não afirma nem nega (HP I, 213). Também se afirmava que o pirronismo não diferia da doutrina cirenaica, pois ambas as escolas afirmam que apenas se apreendem estados mentais. Mas, ressalta Sexto, os pirrônicos suspendem o julgamento quanto à natureza dos objetos, enquanto os cirenaicos declaram que esses objetos possuem uma natureza real que é inapreensível (*Ibid.* 215).

não adotou a *epoché*: ele acredita estar atormentado pelas coisas "ruins" e corre atrás das "boas"; quando as alcança, atormenta-se ainda mais pela imoderação com que se apodera delas e pelo terror de perdê-las. Nesse tipo de conflito, o pirrônico permanece imperturbável. "Mas não supomos — diz Sexto — que o cético esteja completamente imperturbável, mas dizemos que ele está perturbado pelo inevitável".[16] É preciso dar todo o peso a essa atitude, que, em Sexto, é extrema. As perturbações anuladas pela suspensão são tanto as dolorosas quanto as prazerosas. Epicuro diz que o prazer é um bem. Um cínico, por outro lado, exclamou: "Prefiro estar louco a experimentar prazer". Os estoicos dizem que o prazer é indiferente. Portanto...[17] Mas, novamente, isso se aplica apenas às perturbações que têm origem na opinião. O pirrônico reconhece a existência de perturbações inevitáveis e tenta suportá-las com moderação, com *metriopátheia.*[18]

6. *O pirrônico não é inativo.* O pirrônico admite que não há um critério acessível na argumentação, mas que "na conduta da vida realizamos algumas ações e nos abstemos de outras". O critério que permite fazer essas distinções é o fenômeno, ou seja, o que nos aparece. A razão para isso é que, como o fenômeno "consiste na paixão e na afecção involuntárias, não está aberto à controvérsia".[19] Não creio que pareça impertinente vincular este tema ao anterior. O pirrônico admite — como vimos — a suspensão nas questões opináveis. Admitiria também que a suspensão acarreta imobilidade? Em um dos tratados contra os dogmáticos, intitulado *Contra os Moralistas*, Sexto aconselha "desprezar" aqueles que consideram que o cético está confinado à imobilidade. Além do desprezo, ele não deu muitas razões. Interpreto que ele procurou esquematizar os atos permitidos de acordo com a oposição polar evitável-inevitável. Essa regra de vida aceita: (a) a orientação da natureza, na medida em que nos permite sentir e pensar; (b) a pressão dos instintos e das paixões, pois a fome "leva-vos à comida e a sede à bebida"; (c) a tradição dos costumes e das leis; (d) a instrução nas artes.[20] Essas poucas e vagas linhas revelam a fraqueza fundamental do pirronismo. Não permitem, no entanto, atribuir-lhe a defesa de uma atitude que conduza à paralisia.

7. *O pirrônico é um gregário apolítico.* Se a política é o reino do opinável, o pirrônico é, por antônima, um desertor do compromisso político. Creio que Horkheimer, em seu ensaio sobre Montaigne incluído em Teoria Crítica, tenha sido o único a começar a abordar esse interessante assunto. Aderir aos costumes pátrios é um imperativo para quem deseja viver disfarçado entre os demais, ajustando sua conduta aos hábitos sociais, e não aos pessoais. Por isso, é uma das regras da moral provisória de Descartes; no pirrônico, essa obediência aos mandatos coletivos aspira a constituir uma segunda natureza. No fundo, é a tentativa de fazer com que seja a sociedade a decidir. Por isso, as perguntas mais insidiosas para o pirrônico são aquelas que indagam sobre sua reação pessoal e até mesmo a exigem: o pirrônico está sozinho com o tirano, e este lhe ordena que cometa um ato abominável, por

[16] HP, I, 29.
[17] AM XI, 73-4.
[18] HP I, 30.
[19] *Ibid.*, 23-24.
[20] *Ibid.*, *id.* É indispensável um maior esclarecimento, que não se encontra nos textos pirrônicos, pois permanecem muitas questões em aberto. Por exemplo, por que tomar o costume como regra? Basta a consideração trivial de que ele é "uma segunda natureza"? É inevitável? É inequívoca? Por que afirmar — mesmo que sem dogmatismo — que a piedade é um bem e a impiedade um mal? Não há quem defenda o contrário? Até mesmo as ideias obscuras de Crousaz parecem se iluminar fugazmente ao se depararem com esse problema; cf. *Examen du Pyrrhonisme ancien et moderne* (1733) 65 B.

exemplo, que torture um inocente.[21] O que faz o pirrônico? Mais adiante, examinarei a atitude dos acadêmicos diante do problema da ação.

8. *O pirrônico desconfia da linguagem comum.* De fato, como já indiquei, a linguagem consiste em frases e orações que, em sua maioria, assumem uma forma assertiva. É natural no ser humano a propensão a concordar. Justamente porque o pirrônico precisa remar contra essa corrente em assuntos controversos, ele também precisa se opor às formas comuns de interação linguística. Dez capítulos do primeiro livro dos Esboços Pirrônicos são dedicados à análise das fórmulas céticas. Neles, Sexto mostra o extraordinário trabalho minucioso realizado pelos pirrônicos para determinar com exatidão o caráter de suas expressões. Falta um estudo dessa curiosa — e, em muitos sentidos, admirável — gramática afilosófica. Pelo contrário, os acadêmicos se dedicam com entusiasmo e alegria a percorrer as sinuosidades da linguagem comum. Lembrem-se dos diálogos iniciais e finais das Académicas, de Cícero.

Resumindo: o pirronismo é um sistema fechado que inclui diversos procedimentos para neutralizar asserções. É-lhe completamente alheia a noção de progresso do conhecimento ou, pelo menos, de acumulação do saber. Enunciei e analisei apenas alguns tópicos para oferecer uma orientação mínima. O conhecedor sabe que deixei de lado temas humeanos importantes, prefigurados em Sexto, como o da causalidade ou o da providência de Deus. Repassemos as características dominantes do pirrônico: não faz afirmações nem negações, nem mesmo probabilísticas; não duvida espontaneamente; não declara a incognoscibilidade do mundo exterior; não é fenomenista; não é impassível; não é inativo; é um gregário apolítico, eticamente irresponsável e desconfia da linguagem comum, em substituição à qual propõe uma que evite a asserção.

Se agora recordarmos as principais características do acadêmico, especialmente as que pertencem à Nova Academia, cujo porta-voz pode ser Cícero (tão lido por Hume), o contraste é notório: o acadêmico é probabilista, acompanha suas reflexões com uma dúvida "saudável", nega a cognoscibilidade do mundo exterior, é fenomenista, acusa os céticos rígidos de serem impassíveis e inativos, defende valores cívicos e admite a linguagem comum. Muitos desses pontos ainda não foram analisados, a começar pelos relativos à filosofia prática. Chegou o momento de proceder à sua análise.

Escolho, a propósito, um tema tradicionalmente invocado para negar a diferença entre pirrônicos e acadêmicos ou para argumentar que tal diferença é imperceptível. Lembrei-me de que o pirrônico propõe como base para a ação algo como deixar-se levar por, ou não impedir, os impulsos da natureza e daquela segunda natureza que são os costumes sociais. Os acadêmicos, especialmente a partir de Carnéades, reagem contra essa atitude — pois acreditam que a suspensão implica imobilidade — e afirmam que a ação humana se baseia, de fato, na probabilidade. Os melhores intérpretes — de Huet a Brochard — apontaram que, entre uma e outra atitude, a diferença é mínima e talvez nula. Acredito, no entanto, que a diferença entre ambas as doutrinas é tão profunda que seria válido falar de dois mundos, especialmente, de forma mais evidente, no que se refere à ética e à política. Ouçamos o argumento de Huet: os acadêmicos distinguem com base na probabilidade, os pirrônicos, com base no costume; mas, para distinguir com base no costume, é preciso recorrer à probabilidade.[22] O que talvez predomine nesse tipo de reflexão é a constatação de que, em geral, os costumes favorecem a realização de

[21] AM IX, 146-60 e XI, 164.

[22] Pierre Daniel Huet, *Traité philosophique de la faiblesse de l'esprit humain* (Hildesheim, Olms, 1974) 140-41. Brochará reconhece que os acadêmicos seguem a probabilidade, enquanto os pirrônicos seguem o costume; "mas — diz ele — é preciso ter muita boa vontade para ver no erro uma diferença fundamental". *Os céticos gregos* (Buenos Aires, Losada, 1945) 464.

ações com alta probabilidade de sucesso.[23] É costume arriar as velas quando se anuncia uma tempestade; as velas arriadas, por sua vez, dão ao barco maior probabilidade de não naufragar. Mas essas relações constantes e verificáveis não devem nos fazer esquecer as diferenças abismais. Basta esta simples observação: quem se orienta pela probabilidade pode agir contra o costume, ou à margem dele; tem a possibilidade de lutar contra o preconceito. Além disso, assume a responsabilidade (proporcional à evidência) por seus atos. Por outro lado, acredita que é possível alcançar soluções relativas e, para isso, incentiva a troca de opiniões a favor e contra. O academicismo sempre foi partidário da *libertas philosophandi*. Por sua vez, o acadêmico está sujeito a uma ética que inclui, entre suas características predominantes, a responsabilidade pessoal. E dá continuidade à tradição helênica de participação na vida pública.[24] O pirrônico, ao contrário, só pode invocar o costume estabelecido, mas não para assumir uma responsabilidade pessoal, e sim para se eximir dela. Ele professa uma moral social na qual é difícil, se não impossível, sequer levantar a questão da imputabilidade de seus atos. Historicamente, além disso, o pirronismo produziu pérolas da ideologia reacionária.[25]

***3***

Deixemos agora essas dissertações de lado e voltemos nossa atenção, por exemplo, à *Enquiry Concerning Human Understanding*. Hume propõe, desde o início do livro, uma busca teórica. De forma indireta, ele destaca várias vezes o caráter aberto da obra, com resultados imprevisíveis. Desde o início, ele também adere a uma concepção progressista da ciência. Ele propõe empreendimentos profissionalmente vedados ao pirronismo, como "examinar seriamente a natureza do entendimento humano".[26] Hume está ciente disso. Ele suspeita que um cético objetaria o caráter incerto e quimérico dessa investigação e o acusa, antecipadamente, de se envolver em "um ceticismo completamente contrário a toda especulação e até mesmo à ação".[27] A maneira de agir de Hume é alheia ao pirronismo. Na segunda seção, ele descobre um caso em que as ideias simples não derivam das impressões correspondentes; é curioso notar que, nesse caso, Hume decide ignorar o contraexemplo, reduzindo-o à categoria de exceção e deixando intacto seu "princípio geral". Eu poderia continuar indefinidamente apontando instâncias concretas em que Hume age como acadêmico, e não como pirrônico. Paremos em uma característica importante: obviamente, Hume não aspira à quietude da alma à maneira pirrônica; ele quer que o repouso espiritual se siga à ciência probabilística, e não à ignorância erudita. Consideremos o caso das razões em conflito (*isosthéneia*). Na quinta seção, em que subscreve "a filosofia acadêmica", Hume procura mostrar que o costume estabelece o nexo entre as representações e que o fundamento da crença deve residir em algum fato. Caso contrário, argumenta ele, seria impossível

[23] A frase termina sem se apoiar em nada: realização, em que sentido? Que a realização seja a utilidade, a virtude, a felicidade? Lamento ter que deixar, por enquanto, a frase nessa posição incômoda.

[24] Não vou insistir em lembrar o cônsul Cícero, nem o cônsul e general Lóculo, vencedor de Mitrídates, presumivelmente pouco adepto das pusilanimidades pirrônicas.

[25] Por exemplo, Louis de Beausobre, autor de *La raison pyrrhonienne* e "filósofo" da corte de Frederico II, que fornece uma justificativa para a tortura dos dissidentes do monarca-mecenas.

[26] Cito de acordo com a versão de Juan Adolfo Vásquez, *Investigación sobre el entendimiento humano* (Buenos Aires, Losada, 1945). Esta é apenas uma amostra da escassez bibliográfica em que tive de redigir este estudo.

[27] Que Hume acredite, sinceramente, que, para agir, "é necessário examinar seriamente a natureza do entendimento humano" é, no mínimo, pouco humeano; vale ressaltar que essa acusação é a que o acadêmico "moderado" dirige ao cético "rígido".

conhecer algo real. O procedimento que ele emprega é a refutação do pirronismo. Ele argumenta, de fato, que, se o fundamento da crença é um fato e buscamos a razão desse fato, somos obrigados a apontar outro fato. Mas — afirma ele — "como não se pode proceder dessa maneira *ad infinitum*", é preciso parar em algum fato presente na memória ou nos sentidos. Ou então, "admitir que a crença carece completamente de fundamento". Um pirrônico sussurraria: "ou suspender o julgamento sobre a essência do fundamento da crença". O interessante dessa passagem não é, a meu ver, que Hume demonstre um *parti pris* a favor do empirismo; o notável é que ele se contente com a validade de um fundamento relativo, baseado em considerações "razoáveis". Ora, isso seria muito gratificante para o pirrônico e uma blasfêmia para o pirrônico. A *epoché* na *Enquiry* deve nos fazer parar para refletir. Na mesma seção que acabamos de comentar, Hume analisa a associação habitual entre dois objetos, por exemplo, a neve e o frio, e afirma que, se a neve se apresentar novamente aos sentidos, o hábito induz a mente a esperar o frio "e a acreditar que essa qualidade existe e que se manifestaria se estivesse mais próxima de nós". Essas operações da alma são "inevitáveis", assim como as paixões do amor e do ódio quando somos beneficiados ou prejudicados. "Todas essas operações — diz ele — são uma espécie de instintos naturais que nenhum raciocínio ou processo do pensamento ou do entendimento é capaz de produzir ou impedir". Ou de impedir. Ou seja, a *epoché* é impossível. Nem de produzir. A dupla genealogia das perturbações proposta por Sexto dava uma chance à ataraxia. Havia algumas perturbações originadas na parte cogitativa. Hume exclui essa possibilidade.[28]

Mas, mais do que essas divergências — e várias outras que poderiam ser exploradas à vontade —, me interessa analisar agora a concepção que Hume tem do ceticismo, de acordo com a famosa exposição da seção décima segunda da *Enquiry*. Hume, assim como Crousaz, começa afirmando que ninguém jamais conheceu um cético.[29] No entanto, o modelo que ele propõe do cético clássico é caricatural. Hume o chama de "pirrônico"; é a única característica que permite reconhecê-lo. Seguirei a ordem da exposição humeana. Recordemos sua rejeição à dúvida cartesiana: parece impossível duvidar de tudo e, se conseguíssemos, seria impossível sair dessas dúvidas.[30] Esse ceticismo "antecedente" não é recomendável, portanto, mas sim um ceticismo moderado, que nos ajude a nos livrar dos preconceitos, que nos ajude a ser imparciais e equânimes e que permita um progresso gradual de nosso conhecimento e de nossas conclusões. Esse ceticismo moderado é, segundo minha interpretação, a filosofia acadêmica.

Há, além disso, um ceticismo "consequente" em relação à ciência. Hume distingue duas classes. Com notável desdém, ele fala dos argumentos "mais vulgares, usados pelos céticos de todas as épocas contra a evidência dos sentidos". Se Hume esgotou com essas frases sua descrição do ceticismo, isso provaria que ele não confundia o pirronismo com o relativismo. O pirrônico não questiona apenas os sentidos. Vimos que um de seus procedimentos favoritos é opor as razões aos sentidos para mostrar que não dispõe de um fundamento adequado que sirva de critério. Daí que o comentário de Hume se revele particularmente inadequado: "esses argumentos céticos apenas provam que não devemos confiar totalmente nos sentidos, mas que devemos corrigir seus dados (*evidence*) por meio da razão e de considerações derivadas da natureza do meio, da distância do objeto e da disposição dos órgãos, a fim de torná-los dentro de sua esfera, *critérios* adequados da verdade e da falsidade. Mas há outros argumentos mais profundos contra os sentidos, que não

[28] A suspensão apresenta, em Hume, uma peculiaridade digna de análise: ele não considera a "suspensão do julgamento", mas a "suspensão da crença". Nisso, ele segue Huet, *Traité*, citado, *passim*.

[29] *Exame*, citado, 3.

[30] Raciocínio semelhante em Leibniz, *Animadversiones in partes generales principiorum cartesianorum* I, 5 (ed. Gerhardt) IV, 357.

admitem uma solução tão fácil". Pois é que foi fácil; tanto que se permitiu falar de critérios próprios de uma esfera, isto é, do plano sensível, com a ajuda da razão. O pirronismo, entretanto, se evaporou.

Vejamos os argumentos "mais profundos". Um instinto natural cego nos leva a acreditar que realmente percebemos o mundo exterior, mas "a filosofia mais fraca" nos diz que, no espírito, só existem imagens. A razão, portanto, se opõe aos sentidos (era isso que faltava nos argumentos vulgares!). Mas, se quisermos nos afirmar nessa conquista e fundamentar uma filosofia, evitando as sutilezas dos céticos, verifica-se que não podemos fundamentá-la na experiência, nem nos raciocínios. Como saber que a fonte das percepções sensoriais são objetos externos, mais ou menos semelhantes a elas? Não podemos tirar a cabeça para fora dessa prisão de representações. Se obedecermos ao testemunho dos sentidos, eles nos fazem acreditar que a imagem é o objeto. Se nos apegarmos à razão, nos veremos separados, de forma inverossímil e eterna, do mundo que nos rodeia. Portanto, se a opinião que afirma a existência de objetos externos se baseia em um instinto natural, ela é contrária à razão. Se se apela à razão, ela é contrária ao instinto e, além disso, carece de fundamento racional. Outro argumento cético, "que provém da filosofia mais profunda", trata das qualidades dos objetos. Não apenas as qualidades secundárias (calor, sabor etc.), mas também as primárias, ou inteligíveis, são produções do espírito.[31] Essa opinião é contrária à razão. De fato, a razão sustentava que as qualidades secundárias estão no espírito. Ao suprimir do objeto todas as qualidades, portanto também as primárias, aniquilamos a matéria. A causa de nossas percepções é uma incógnita. Não resta espaço nem mesmo para uma objeção cética. Esses desenvolvimentos humeanos são, ao mesmo tempo, objeções de dois céticos contra a razão e objeções decorrentes do raciocínio que induzem ao ceticismo (no sentido trivial da palavra) em relação às nossas faculdades. De qualquer forma, creio que seria abusivo atribuir ao pirronismo a ideia — ou o germe da ideia — de que as qualidades do objeto decorrem da criação da mente.

As características dos argumentos analisados, que se insinuam nessa primeira parte, assumem, na segunda, a hierarquia das produções da razão (não mais meras objeções céticas) que colocam em dúvida "os princípios mais claros e naturais da razão humana". Os problemas relativos ao espaço e ao tempo envolvem o infinito e mergulham a razão na perplexidade, na apreensão. Hume continua considerando o ceticismo como um estado de "dúvida e hesitação" e afirma que "nada" pode se equiparar ao ceticismo suscitado pelas conclusões da matemática. Ao contrário dos pirrônicos, Hume não cede a essas dúvidas e defende os direitos epistêmicos sagrados da "ciência da quantidade e do número". Deixemos, então, os raciocínios abstratos e consideremos os factuais.

Hume subdivide as objeções céticas aos raciocínios relativos aos fatos em "populares" e "filosóficas". Mais uma vez, o ceticismo antigo é reduzido à plebe. Hume enumera de forma superficial essas objeções populares. São aquelas que "decorrem da fraqueza do entendimento humano, das opiniões contraditórias defendidas em diferentes épocas e nações", etc. Mais uma vez, Hume apresenta uma caracterização relativista do ceticismo; sua descrição é extraída do quarto tropo de Sexto,[32] justamente o tropo que levanta com particular vigor o problema do critério. A refutação de Hume é curiosa: para viver, é necessário raciocinar sobre os fatos, e não poderíamos subsistir se os argumentos céticos destruíssem essa segurança. Mas o pirrônico respeita os direitos da vida cotidiana; seus exemplos ilustram a fraqueza dos sentidos do ponto de vista epistemológico, mas não atacam a adequação dos

[31] Hume, na famosa nota, cita Berkeley. Hoje sabemos que Foucher, o cético acadêmico, já havia pensado nisso antes; cf. Watson, *The Downfall of Cartesianism* (Haia, Nijhoff, 1965).

[32] E não se trata de um resumo dos dez tropos, como indica Popkin, *art. cit.*

instintos para nos dar sinais úteis e nos manter vivos. Em seguida, sucedem-se as frases memoráveis, que marcaram uma época: "A ação, o trabalho e as ocupações da vida cotidiana são os grandes destruidores do pirronismo, ou seja, dos princípios céticos excessivos". E a objeção de Hume é típica da filosofia acadêmica; é a mesma de Luculo, que Cícero assume e prolonga.[33] Não se observou que, de qualquer forma, Hume considera que esses princípios pirrônicos podem prevalecer nas escolas "nas quais é, na verdade, difícil, se não impossível, refutá-los". Hume propõe sua própria versão do ceticismo, aquela que gera "objeções filosóficas" baseadas na consideração do caráter instintivo de nossa certeza quanto à ligação entre causa e efeito, fundamento de todas as nossas representações factuais. Dessa forma, o cético destruiria toda certeza.

Mas se as objeções "populares" ou pirrônicas são, por acaso, irrefutáveis teoricamente, qual é a vantagem das objeções "filosóficas"? Serem também irrefutáveis? Por outro lado, por que negar o caráter "filosófico" a um ceticismo confinado às escolas, que apresenta objeções talvez insolúveis? Para que abrir-lhe um amplo "campo para triunfar" se, em seus domínios escolares, ele já é vitorioso? Porque a possibilidade de o pirronismo ser derrotado por meios não filosóficos é a mesma que afeta o ceticismo "filosófico" proposto por Hume.

Em seguida, Hume reitera os argumentos de natureza pragmática. Há em suas palavras ecos de Locke e de Crousaz.[34] A caracterização do pirrônico apresentada por Hume contém, a meu ver, erros notáveis. Para começar, ele atribui ao pirrônico uma concepção da *epoché* que abrange não apenas as coisas opináveis, mas também as inevitáveis. Por isso, considera que o pirrônico não faz justiça às "necessidades da vida". Dessa forma, Hume preparou o caminho para apresentar sua solução: a filosofia acadêmica. "Existe, na verdade", diz ele, "um ceticismo mais moderado, ou seja, a filosofia acadêmica, que pode ser duradoura e útil e, em parte, o resultado desse pirronismo — ou ceticismo extremo — se o bom senso e a reflexão corrigirem, de certa forma, suas dúvidas indistintas". Acreditar que, entre ambas as formas de ceticismo, não existe diferença, a não ser de grau, é próprio dos defensores da filosofia acadêmica. Enquanto os pirrônicos sempre defenderam sua identidade contra qualquer contaminação filosófica, os acadêmicos sempre tiveram uma forte inclinação ao ecletismo. Diante da arrogância dos dogmáticos, Hume fala de "um pequeno matiz de pirronismo" para abater o orgulho deles. Um pirrônico, de forma coerente, pensaria que "um pequeno matiz de pirronismo" é uma expressão equivalente a "um pouquinho de pneumonia". O pirronismo é um sistema fechado, monolítico, que se aceita ou se rejeita, mas do qual não se podem extrair fragmentos para preencher as lacunas da vaidade dogmática. Assim como os acadêmicos, Hume considerará que a dúvida deve acompanhar os raciocínios para impedir que estes se extrapolem. Ao abandonar as proposições pirrônicas sobre a natureza do critério, Hume dedica-se a avaliar os limites do conhecimento provável. O livro conclui com uma apoteose da linguagem extensionista. Hume fala do "alcance restrito" das faculdades humanas, de não ir "além da vida cotidiana". Ele recomenda não estender o conhecimento próprio da ciência abstrata "além desses limites", etc., etc.

Em suma: Hume é, a meu ver, um representante típico, imprevisível e genial da filosofia acadêmica. Hume defende o uso do conhecimento provável e divulga os benefícios de uma lógica do verossímil; promove a dúvida como companheira inseparável do raciocínio cauteloso; adere às teses relativas à incognoscibilidade do mundo externo; é fenomenista; acusa o cético pirrônico de favorecer a impassibilidade e a inação fatal.

---

[33] *Académica* II, 99-101 e 108-110.

[34] Um e outro repetem, não sem monotonia, que a consequência prática do pirronismo é a extinção da espécie. "A fome ou a dor o tirarão de seu querido nada", exclama Locke.

**4**

Parece redundante afirmar que Hume sustentava ser acadêmico e, além disso, acumular argumentos para provar isso. O fato é que Popkin, em seu trabalho já citado, propôs Hume como paradigma do pirrônico. Dizem-me que Laird havia tentado, anos atrás, uma iniciativa semelhante. O único que resta, ao que parece, é mostrar qual pode ter sido o motivo dessa atitude dos intérpretes. Mencionarei uma de caráter geral: Popkin não estabelece diferenças entre o pirrônico e o acadêmico. O ceticismo e o pirronismo são, em sua opinião, duas doutrinas completamente equivalentes. Trata-se de um erro histórico[35] —que não teria grande importância — que envolve inúmeras confusões de natureza epistemológica e prática, as quais têm importância decisiva. Acredito que, em Hume, sucedem-se atitudes pirrônicas (por exemplo, as famosas oposições entre os ditames da razão e dos instintos) na faceta imatura do pirrônico, com a *pax* acadêmica com que conclui sua *Enquiry*. Popkin, por outro lado, sustentou que Hume é o único pirrônico consistente, pois "encontrou a mistura adequada de dogmatismo e ceticismo, de crença e suspensão".[36] Mas, em Hume, a suspensão do julgamento não existe, a menos que se identifique 'suspensão' com uma disposição para 'duvidar'. Por outro lado, não é próprio do dogmático acreditar em algo, mas sim sustentar que se pode conhecer a essência oculta das coisas. Isso revela uma suposição que Popkin compartilha com Hume: sustentar que a suspensão se refere às crenças. Daí decorre outra consequência inevitável: sustentar que a suspensão é uma "atitude em relação a cada questão e a todas as questões".[37] Ora, se assim fosse, os pirrônicos antigos seriam "culpados de dogmatismo excessivo por pensarem que se deve e se pode suspender o julgamento sobre todas as questões".[38]

Essa versão do pirronismo foi difundida, entre outros, por Hume. Talvez, se persistirmos no trabalho de elucidação dos paradigmas céticos, possamos avançar para uma melhor compreensão da filosofia de Hume. Mas, para isso, é imprescindível não acreditar em Hume.

---

[35] Esse equívoco impediu que se percebesse com clareza a importância da filosofia acadêmica no ceticismo moderno. Agora, começa-se a trabalhar nesse tema interessante. Cf. Ch. B. Schmitt, *Cicero Scepticus* (Haia, Nijhoff, 1966); veja também minha breve contribuição "Os *Acadêmicos* de Cícero e a filosofia renascentista", *International Studies in Philosophy* (1975).

[36] *Art. cit.*, 89.

[37] *Ibid.*, *id.*

[38] *Ibid.*, 91.